



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Tradução

INTERPELAÇÃO ESCRITA

O Plano de Participação Pecuniária

Apesar da descida contínua das receitas brutas do jogo durante doze meses consecutivos, a taxa da inflação em Macau permanece em níveis elevados. O Secretário para a Economia e Finanças, Lionel Leong, afirmou por diversas vezes que a participação pecuniária está indexada aos saldos orçamentais, por isso, a distribuição dos cheques irá continuar enquanto houver saldos positivos. Se as receitas brutas do jogo continuarem a descer, a participação pecuniária poderá ser afectada, acrescentou aquele governante. Muitos da população estão atentos à possibilidade de o Governo apertar as contas públicas, reduzindo os montantes do plano de participação pecuniária.

Quando o Executivo da RAEM lançou esse plano em 2008, tratou-se de uma medida temporária que tinha como objectivo, por um lado, permitir que a população desfrutasse dos resultados do desenvolvimento económico e, por outro, prestar-lhe apoio para aliviar a pressão da vida quotidiana. Decorridos sete anos após o lançamento da medida, esta tornou-se hoje uma das preocupações da população aquando do relatório anual das Linhas de Acção Governativa. Esta medida faz agora parte das expectativas da população, a qual, despercebidamente, passou a considerar a participação pecuniária



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

como uma regalia ou medida de carácter regular.

O plano de comparticipação pecuniária é uma medida de solidariedade social com o objectivo de partilhar a riqueza da sociedade com a população, consistindo a sua principal vantagem no facto de ser um benefício geral para todos, para que a população possa participar nos frutos do desenvolvimento económico. Tendo em consideração a eficácia da acção governativa do Executivo da RAEM nos últimos anos, a comparticipação pecuniária é uma medida que recebeu o apoio e o elogio da maioria da população. Porém, há também uma parte da população que questiona se, desta forma, o erário público estará a ser utilizado de modo razoável e adequado pelas autoridades.

Os dados da Direcção dos Serviços de Estatística e Censos sobre o plano de comparticipação pecuniária de 2014 revelam que mais de 650 mil residentes de Macau foram contemplados por esta medida, registando-se nesse número um acréscimo que ultrapassa os 100 mil, relativamente ao número dos que têm residência permanente em Macau (em que se incluem os residentes permanentes e não permanentes). Como esse grupo de residentes de Macau se encontra fora do território por um longo período de tempo (sendo uma grande parte desses indivíduos aqueles que conseguiram a residência de Macau por meio de investimento, mas que não residem em Macau por longo período de tempo), há, na sociedade, opiniões a salientar o facto de esses indivíduos permanecerem todo o tempo fora de Macau, sendo no exterior que estudam, trabalham e têm os seus filhos. Relativamente a Macau, esse grupo de indivíduos não deu nenhum contributo para o desenvolvimento económico



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

do território mas, mesmo assim, continua a poder receber anualmente o montante da comparticipação pecuniária, o que representa uma injustiça para os residentes de Macau que cá nasceram e cresceram, e que todos os dias trabalham no território e, como tal, pagam o imposto profissional. Se o erário público utilizado para lhes atribuir a comparticipação pecuniária for redistribuído por esse grupo de residentes de Macau, será possível beneficiar outros residentes com maiores necessidades e, também, corresponder melhor ao objecto e princípio do plano de comparticipação pecuniária como “medida de solidariedade, para partilhar a riqueza com a população”.

Nestes termos, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1 – O Secretário Lionel Leong afirmou recentemente que, com base na estimativa das receitas brutas mensais do jogo de 20 mil milhões de patacas para o corrente ano, haverá um saldo orçamental positivo de cerca de 10 mil milhões de patacas. Assim, quais serão os critérios para a atribuição da comparticipação pecuniária, e haverá um reajustamento do montante que será atribuído no próximo ano?

2 – As autoridades competentes vão considerar a introdução de restrições adequadas nos requisitos e beneficiários do plano de comparticipação pecuniária? Por exemplo, na abertura e gestão das contas individuais do Regime de Poupança Central, está disposto nas regras gerais que os participantes, para terem direito à atribuição da dotação do regime, têm que estar sobreviventes em 1 de Janeiro do ano de atribuição da dotação, ter reunido as condições de participante antes dessa data, e ter permanecido, pelo menos,



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

183 dias na RAEM no ano anterior. O Governo vai introduzir essas restrições?

3 – A comparticipação pecuniária inicialmente era uma medida temporária, mas prolongou-se por sete anos, sendo que, “receber o cheque anual” da comparticipação pecuniária tornou-se uma certeza para uma parte da população. O cancelamento deste plano poderá acarretar um enorme impacto, especialmente para os grupos sociais mais fragilizados. O Chefe do Executivo afirmou que no futuro seria necessário estudar um mecanismo de carácter regular que estivesse articulado com os saldos orçamentais. Assim, quando é que o Governo vai redefinir ou reajustar o plano de comparticipação pecuniária, para que os recursos públicos possam ser atribuídos de forma mais justa, transparente e razoável?

**O Deputado à Assembleia Legislativa,
Zheng Anting**

2 de Junho de 2015